



## Gênero, tortura e trauma: relatos da Ditadura Militar brasileira

Cristiano Augusto da SILVA<sup>1</sup>

Nayara Menezes LOBO<sup>2</sup>

### Resumo:

O artigo se propõe a realizar o entrecruzamento de memórias no testemunho de mulheres presas e torturadas no período da Ditadura Militar no Brasil. A partir do livro seminal *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*, publicado por Ferrer em 2011, e dos testemunhos presentes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), de 2014, pretende-se discutir, sob a perspectiva de violência de gênero, como os relatos das mulheres funcionam como elaboração do trauma social e individual. Para esse intento, foram analisados relatos e testemunhos, tendo como aporte teórico os estudos sobre trauma, literatura de testemunho e os estudos de gênero.

**Palavras-chave:** testemunho; gênero; mulher; Ditadura Militar; trauma.

## Gender, torture and trauma: stories from the Brazilian Military Dictatorship

### Abstract:

The article proposes to intertwine memories in the testimony of women arrested and tortured during the period of the Military Dictatorship in Brazil. Based on the seminal book, *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*, published by Ferrer in 2011, and the testimonies present in the Report of the National Truth Commission (CNV), 2014, intend to discuss, from the perspective of gender violence, how women's reports they function as the elaboration of social and individual trauma. For this purpose, reports and testimonies were analyzed, using trauma studies, testimonial literature and gender studies as theoretical support.

**Keywords:** testimony; gender; woman; Military Dictatorship; trauma.

## Género, tortura y trauma: historias de la Dictadura Militar brasileña

### Resumen:

El artículo propone entrelazar memorias en el testimonio de mujeres detenidas y torturadas durante el período de la Dictadura Militar en Brasil. A partir del libro seminal *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*, publicado por Ferrer en 2011, y de los testimonios presentes en el Informe de la Comisión Nacional de la Verdad (CNV), 2014, tiene intención de discutir, desde la perspectiva de la violencia de género, cómo los informes de las

---

<sup>1</sup> Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Pleno de Literatura Brasileira e Teoria da Literatura na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). *E-mail:* casilva@uesc.br.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações, linha C - Linguagens e Estudos de Gênero, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). *E-mail:* nmlobo.ppgl@uesc.br.





mujeres funcionan como la elaboración del trauma social e individual. Para ello se analizaron relatos y testimonios, informes y testimonios, utilizando como aporte teórico los estudios de trauma, la literatura testimonial y los estudios de género.

**Palabras clave:** testimonio; género; mujer; Dictadura Militar; trauma.

## Introdução

Ao adotar a perspectiva do trauma a partir da compreensão de Lacan (1998), que relaciona o funcionamento do inconsciente à estrutura da linguagem, tem-se um ponto de partida para análises sobre como a linguagem pode contribuir para a elaboração do evento traumático, quando se confere sentido a uma narrativa dolorosa, visto que a não elaboração do trauma mantém o indivíduo preso ao momento em que ele se deu (De Marco, 2004; Seligmann-Silva, 2003). Quando isso acontece, as respostas emocionais permanecem com a mesma intensidade, gerando uma ancoragem deturpada<sup>3</sup> da realidade. Isso causa transtornos não apenas para o indivíduo, como também pode trazer graves consequências sociais quando envolve eventos violentos e de extrema repressão do Estado.

Quando se trata de mulheres, singularidades à parte, existe uma forte influência histórica de silenciamento, subalternidade e da condição de “natureza” da mulher na maior parte do mundo ocidental (Aymoré, 2020; Toneto, 2022). No Brasil, a história se repete em razão do processo de colonização, quando o feminino e o meio ambiente foram tornados objetos de exploração (Aymoré, 2020). Como consequência, a política estabeleceu-se como um lugar masculino, ficando reservado às mulheres os bastidores, o lar ou o lugar de invisibilidade, como afirma Toneto (2022, p. 101): “A invisibilidade feminina é ontológica e expressa inclusive em não reconhecimento social”.

Para além do comportamento arraigado do machismo estrutural da maioria dos homens, essas narrativas estruturantes cerceiam a ação política de uma boa parcela das mulheres brasileiras, pois ainda não faz sentido para elas próprias, por não haver uma memória social, ou seja, essa é uma possibilidade relativamente nova. Também não há muitos relatos de

---

<sup>3</sup> A “ancoragem deturpada” é um conceito em desenvolvimento pelos autores, ainda não publicado, cuja criação objetiva explicar um comportamento não correspondente a um fato, em termos de intensidade e percepção do que ocorre no momento presente, e que se manifesta a partir de um trauma. “Ancoragem” (Moscovici, 2005) é um termo utilizado pela Psicologia Social para dar um sentido a algo novo; comparar uma realidade nova com uma realidade existente que se tenha contato.



protagonismo feminino; as histórias foram contadas por homens e a possibilidade de contar sua própria história tem sido um dos objetivos das lutas feministas.

Períodos de grande violência e autoritarismo, como a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), deixam marcas expressivas e isso se amplifica quando se trata das mulheres na política. O preconceito não se dá apenas pelos agentes de Estado: está em todo lugar, ao redor e dentro dos movimentos de militância de esquerda. Dessa forma, é importante destacar os estudos de gênero nos debates sobre trauma e testemunho, a partir de memórias femininas de presas políticas nas fontes em análise: no livro *68 a geração eu queria mudar o mundo: relatos* (Ferrer, 2011) e no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014). Ambas foram apoiadas pelo governo da presidente Dilma Rousseff, a qual, é pertinente lembrar, também foi presa e torturada pela Ditadura Militar brasileira, sendo a primeira mulher a assumir o comando do país, no período de 2011 a 2016.

A violência contra a mulher tem sido historicamente justificada e reforçada nos discursos científicos e políticos pela associação com a natureza, ambas passíveis de serem dominadas e subordinadas. Nesses termos, se realiza o jogo simbólico, próprio da linguagem, que estrutura as realidades e visões de mundo em um processo binário hierarquizante, donde o racional masculino se sobrepõe à natureza feminina (Merchant, 1983; Fox Keller, 1985). Os papéis sociais são então originados com base na divisão sexual do trabalho, que exclui mulheres das decisões políticas. Considerando a base patriarcal do país, o golpe político que afastou Dilma Rousseff da Presidência do Brasil em 2016 reforça a hegemonia masculina do poder, a misoginia e a violência de gênero.

### **Sobre as fontes**

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi um colegiado instituído pelo governo do Brasil para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (Brasil, 2014) e que culminou no Relatório oficial da CNV. O presente artigo se apoia em relatos contidos no capítulo 10 do documento, intitulado “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”, páginas 399 a 435 do Relatório.

A obra *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos* é uma publicação do Ministério da Justiça como parte da política de divulgação da anistia política no Brasil e como forma de dar cumprimento à obrigação constitucional de promover a reparação material e moral a todos os perseguidos políticos entre 1946 e 1988. Os textos são escritos em forma de relato e refletem uma preocupação com a Memória Nacional (Ferrer, 2011). Dessa obra, será analisado o relato de Cecília Coimbra<sup>4</sup>.

Observa-se a preocupação, em ambas as publicações, com uma reparação, e não com a repetição de processos de violência ou injustiça social, como pontua Coimbra (2011a, p. 40) ao fazer um panorama histórico:

Contar essas memórias significa, sem dúvida, tentar navegar por outras histórias, diferentes da oficial que nos tem sido apresentada e afirmada como única e verdadeira. Há relatos que atravessam e constituem todos nós, mesmo os que não tiveram com aqueles tempos implicações tão intensas ou que neles não viveram. O conhecimento do passado que nos tem sido imposto seleciona e ordena os fatos segundo alguns critérios e interesses e, com isso, constrói zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões e negações. A memória “oficial” tem evidenciado, portanto, seu lado perverso, pelas práticas dos “vencedores” com o intuito de apagar os vestígios que os tornados subalternos e os opositores, em geral, têm deixado ao longo de suas experiências de resistência e luta. A versão “oficial” tem engendrado distorções, estimulando a ignorância a respeito dos embates ocorridos em nosso país, como se os “vencidos” não estivessem presentes no cenário político e, ainda, apaga, até mesmo, seus projetos e utopias [...]. Por isso, falar deles é afirmar/fortalecer experiências ignoradas, desqualificadas, negadas.

Importa, nesse sentido, quem narra a história e como ela é contada. Falar do lugar de quem vivenciou a experiência é comunicar mais do que fatos que foram observados: é considerar a perspectiva de um sujeito que sentiu e como ele sentiu, e como esse testemunho pode alterar os rumos da memória social e da história oficial.

### **Literatura de testemunho e trauma**

Os estudos sobre trauma tiveram início na década de 1990 e se debruçavam acerca dos relatos de injustiça social e repressão/violência de Estado durante a ditadura. Tais estudos têm

---

<sup>4</sup> Cecília Coimbra é psicóloga, historiadora e professora na Universidade Federal Fluminense. Em seu doutorado, tratou do tema “as práticas da Psicologia aliadas à ditadura”. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), presa no DOI-CODI/RJ em 1970, torturada por diversas vezes. Participou da fundação do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ), criado no ano de 1985 (Revista Psicologia, 2012, p. 772).

tido forte impacto no campo da História, dos Estudos Literários e Sociologia, sobretudo pela importância da “potencialidade da noção de “trauma” no contexto das ditaduras militares latino-americanas” (Tega, 2021, p. 622).

A literatura de testemunho tem como base os testemunhos imediatos (cartas, diários, memórias, autobiografias), considerados “pré-textos”, bem como outros discursos não ficcionais (biografias, testemunhos etnográficos e historiográficos). Em geral, estão presentes as “impossibilidades de reconstrução da harmonia perdida, da destruição de parâmetros de estruturação social, da perda de referenciais de identidade, da perda da confiança no mundo” (De Marco, 2004, p. 54).

De acordo com Seligmann-Silva (2003), o trauma é um constante retorno a um passado sempre presente. Ainda segundo o autor, “a história do trauma é a história de um choque violento, mas também de um desencontro com o real” (Seligmann-Silva, 2003, p. 49). Já se tornaram bem difundidos pelas neurociências os impactos do estresse no organismo causado pelo trauma. A liberação de cortisol ininterruptamente decorrente da recordação do evento traumático afeta a região do hipocampo, responsável pela memória, e também afeta o humor, desencadeando casos de depressão (Juruena; Cleare; Pariante, 2011).

Seligmann-Silva (2003, p. 48) afirma que “o dado inimaginável da experiência concentracionária desconstrói o maquinário da linguagem”, o que explica, em certa medida, o porquê de muitos testemunhos apresentarem esquecimentos e fragmentações no discurso. O testemunho se apresenta, nesse sentido, como tentativa de reunir os fragmentos para dar coerência e um contexto a eles, como uma reescritura dolorosa do “real” (vivido como trauma): “Aquele que testemunha se relaciona de um modo excepcional com a linguagem: Ele desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o ‘indizível’ que a sustenta” (Seligmann-Silva, 2003, p. 48).

O testemunho, assim, pode contribuir na elaboração do trauma na medida em que permite alinhar os fatos e as ideias por meio de uma narrativa, de uma tentativa de estruturação da linguagem para, então, fazer sentido e organizar a memória. Além disso, possibilita acessar a lembrança e perceber os processos de negação e resistência presentes e tão necessários para a sobrevivência naquele momento do trauma (Ferrer, 2011), mas que trazem implicações seríssimas ao longo do tempo – fisiológica, psicológica e emocional – tanto do indivíduo,

quanto da sociedade. O campo psicológico já trabalha com a perspectiva de uma fala que cura, da elaboração do trauma por meio da fala, da livre associação<sup>5</sup>. Tega (2021) propõe a demanda por uma escuta diferente sobre o evento traumático, atitude ainda mais urgente nos casos de grupos excluídos ou silenciados:

Não é a escuta do evento em si, mas de seu testemunho, da sobrevivência ao acontecimento. Essa nova modalidade de escuta e, conseqüentemente, essa nova modalidade de fala não se apoiariam apenas naquilo que sabemos do “outro”, mas sim naquilo que ainda não conhecemos sobre os nossos próprios passados traumáticos; assim, a conexão entre as diferentes culturas seria permitida pelo trauma, que ofereceria uma dimensão essencial da experiência histórica (Tega, 2021, p. 623-624).

Tega (2021, p. 635) parte da hipótese de que “as sociedades tendem a repetir aquilo que são incapazes de elaborar”. Em consonância com a afirmação, De Marco (2004, p. 51) considera que é preciso “reconhecer a vinculação entre testemunho e compromisso político com as lutas sociais”, no sentido da construção de um discurso de contraponto à história oficial. Por isso mesmo serão utilizados relatos de mulheres torturadas pela Ditadura, marcadas pelo lugar de invisibilidade.

Para Seligmann-Silva (2003, p. 48), o testemunho, além de narrar o fato violento, narra principalmente a resistência à compreensão desse fato: “a experiência traumática é, para Freud, aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre” e cabe à linguagem delinear uma forma ao que não foi possível quando da ocorrência traumática. Isso pode explicar o relato feito à CNV (Brasil, 2014) por Ana de Miranda Batista, presa pela última vez em 1979, em São Paulo:

[Até] poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido [violência sexual]. Porque eu achava que violência sexual era assim: estupro direto, violência direta [...]. Tem tanta gente que sofreu né? Companheiras que foram tão violentadas, então eu não sofri. Mas, não é bem assim [...]. Eu fui estuprada com um cassetete no 1º Distrito (Brasil, 2014, p. 418, arquivo 00092.001016/2014-61).

---

<sup>5</sup> Método desenvolvido por Freud em 1894 como um caminho para se chegar ao inconsciente, utilizado até hoje como terapêutica psicanalista.

Ieda Akselrud de Seixas, presa e torturada, passou um tempo até que compreendesse que foi violentada. Seu relato é marcado por esquecimentos, repetições, contradições, fragmentação e resistência:

Cabe dizer que a gente [a irmã e a mãe] não foi torturada fisicamente.... eu levei uns tapas, apanhei... quer dizer, isso também é uma coisa engraçada... Eu sofri abuso sexual dentro do banheiro [...] mas eu levei muito tempo para me tocar que aquilo era abuso sexual, sabe por quê? Eu minimizava aquele episódio porque, afinal, não era pau de arara, não era choque e não era cadeira do dragão. É muito louco isso! É muito louco! [...] pensa bem, você está dentro de um banheiro e você ouve os gritos de horror, porque os gritos de tortura não são gritos [...] Que importância tinha aquilo ali se alguém estava sentado tomando choque e no pau de arara? Eu levei muito tempo para entender isso. Eu minimizava. [...] Quem era eu? Que importância tinha aquilo se não sei quem tinha ido para o pau de arara, não sei quem para a cadeira do dragão? É uma bobagem, mas eu levei muito tempo. [...] E eu estava ali estava vulnerável, completamente vulnerável. Aí o cara entrou com a mão dentro da minha roupa [...]. A mão dele passou por tudo e não sei o quê. Ele dizia assim: “Não, ela vai gozar, comigo ela vai gozar e ela vai falar”. Eu entrei num pânico tão grande que eu dizia assim: “Me bota no pau de arara”. Olha se isso é coisa de gente normal. [...] “Não faz isso comigo! Me bate, me põe no pau de arara!”, quer dizer, o cara percebeu que se ele fizesse aquilo, aquilo que ia me desestruturar [...]. Aí ficou naquela história e ele vinha e beijava o meu pescoço. [...] Aí começou um papo de que “ela vai gozar, o que nós vamos fazer agora?” Aí foi a hora que eu mais tive medo, porque eu não tive medo de morrer [...]. Não que eu fosse valente, mas porque não tinha importância. Se eu morresse até seria melhor para mim, mas disse eu tinha medo (Brasil, 2014, p. 418-419, arquivo 00092.000407/2014-69).

Como é possível observar no relato de Ieda Seixas, a tortura psicológica concretiza a ameaça com ainda mais tortura psicológica associada ao estupro, como quando se faz a relação do gozo com a fala delatadora, de um prazer sádico que faria a vítima trair os companheiros. Estão presentes também o medo generalizado do abuso sexual, da morte, da tortura física e uma confusão mental sobre a gravidade da situação que ela vivenciava.

A memória, assim como a linguagem – com seus atos falhos, torneios de estilo, silêncios etc. – não existe sem a sua resistência (Seligmann-Silva, 2003). Ao suplicar pela tortura física em vez da violência sexual, Ieda Seixas inicia o processo de quebra da negação e resistência à realidade traumática em curso sobre seu corpo e sua dignidade.

Os estupros e demais formas de violações sexuais são significativos e impactam fortemente a subjetividade. “Longe de serem desvios individuais, esses crimes são expressões

de uma estrutura simbólica profunda que organiza ações e fantasias, conferindo-lhes inteligibilidade” (Tega, 2021, p. 626). Além da figura de poder da polícia, utilizada para submeter uma mulher às fantasias sexuais do agressor, fica denunciado um poder relacionado à virilidade, a um masculino que subjuga. Exemplo disso é o relato de Maria Amélia de Almeida Teles, presa em dezembro de 1972:

[...] eu amarrada na cadeira do dragão, ele se masturbando e jogando a porra em cima do meu corpo. Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a importância desse momento de tratar a verdade e gênero pensando nessas desigualdades entre homens e mulheres, em que os agentes do Estado, os repressores usaram dessa desigualdade para nos torturar mais, de certa forma. De usar essa condição nossa. Nós fomos torturadas com violência sexual, usaram a maternidade contra nós [...] (Brasil, 2014, p. 407-408).

A CNV (Brasil, 2014, p. 427) entende que “o trauma representa uma forma de sofrimento continuado que, no limite, leva ao emudecimento”. A relação com o trauma e a voz causa grande impacto na vida, principalmente das mulheres que convivem com um lugar histórico e simbólico de silenciamento: “você não tem direito à fala”. Observa-se a questão do emudecimento no relato de Roseli Lacreta, detida em 1971, no Rio de Janeiro, onde foi torturada:

Depois que eu saí, eu fiquei fechada, encerrada. Não queria saber de nada e nem de ninguém [...] Eu tinha perdido a linguagem verbal. Fiquei fechada, fechada. Minha vida foi ali um ponto-parágrafo, até eu ver como eu iria começar minha vida, eu não sabia mais [...]. A violência, ela impede, ela [...] interdita o movimento de crescer, então você regride, você fica todo encapsulado (Brasil, 2014, p. 427, arquivo 00092.001137/2014-11).

O relato é uma “tarefa árdua e ambígua pois envolve tanto um confronto constante com a catástrofe, com a ferida aberta pelo trauma e, portanto, envolve resistência e superação da negação, como também visa a um consolo nunca totalmente alcançável” (Seligmann-Silva, 2003, p. 48). De acordo com a CNV (Brasil, 2014, p. 428), “Denise Peres Crispim estava grávida de seis meses quando foi levada presa em 1970, para a Operação Bandeirantes (Oban)<sup>6</sup> em São Paulo. O parto ocorreu em outubro, em instalações que ela acredita ser uma maternidade clandestina”. A seguir, o relato de Denise Crispim:

---

<sup>6</sup> “Instituída em 1969, a Operação Bandeirante (Oban) [...] se tornou o principal centro de torturas e mortes do governo” (Salvadori, 2022).



Aquele horror que você vê [...] entra na tua vida, nunca mais você vai sair e isso é uma coisa que te limita em tantas outras coisas [...] Sobreviver com todo aquele fantasma em cima. Um fantasma que é hoje um fantasma, mas na época era um inferno. Um fantasma de um inferno que te mantém constante. Você não esquece. Essa condição que te limita nas relações com as pessoas, porque você tem um constante medo de perder, medo de ser traída, medo de trair. É uma constante isso. São sensações horríveis que você vive com elas, não perde, não tem jeito [...] É uma coisa quase que impossível. [...] Eu repeti com minha filha exatamente aquilo que aconteceu comigo) (Brasil, 2014, p. 428, arquivo 00092.000442/2014-88).

No relato de Denise, o fantasma se materializa nas relações com as pessoas por meio do medo, da evitação de um possível retorno ao inferno, que acaba sendo revivido pelo trauma e se reproduz em seu próprio comportamento com a filha.

### **Gênero, linguagem e testemunho**

Em estudo desenvolvido com diferentes tipos de testemunhos de presas políticas das ditaduras brasileira e argentina, Tega (2021, p. 623) aponta o debate sobre gênero como um caminho para trabalhar os conflitos envolvendo narração e silêncio e as tensões sociais imbricadas na fala e escuta:

Nossos resultados mais relevantes apontam que, examinados a partir da união intrínseca entre corpo, memória e gênero, os testemunhos produzidos por mulheres cujas vidas foram atravessadas pela repressão revelam a prática sistemática da violência sexual como eixo de disciplinamento estatal. Além disso, importantes ressignificações podem ser observadas ao incorporar a perspectiva de gênero aos estudos testemunhais, como a reverberação de práticas heterocisnormativas e a problematização de convenções de feminilidades e masculinidades realizadas por essas narrativas.

Temos, historicamente, um silenciamento feminino e um lugar de subalternidade, marcadores sociais que ditam quem pode ou não ter direito à fala em determinados espaços políticos (Spivak, 2010), ampliados no contexto de regimes repressores, como a ditadura. Zoppi Fontana (2017, p. 64-65) sinaliza a necessidade de compreender o funcionamento da ideologia “como um processo sempre-já-gendrado, ou seja, que sofre a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e sexualidade” para compreender as posições-sujeito formadas nas estruturas sociais e pelo Estado.

A compreensão de gênero como construção discursiva, articulada aos processos de interpelação, identificação e de subjetivação das categorias homem/mulher, permite observar o conflito “quando vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena” (Zoppi Fontana, 2017, p. 63). Ao mesmo tempo em que se tornam ponto central dos discursos, criam um saber e um modo de falar de si. O discurso emerge, assim, de um “lugar de fala” do sujeito que materializa sua subjetividade por meio da linguagem para legitimar a luta contra as “identificações hegemônicas” (Zoppi Fontana, 2017, p. 63-64).

Como afirma Zoppi Fontana (2017, p. 65), “ser reconhecido e se reconhecer em relação ao funcionamento social e histórico das masculinidades e das feminilidades, em toda sua dimensão contraditória e equívoca, faz parte do processo de constituição do sujeito do discurso”, que possibilita a produção e/ou interdição de lugares de enunciação no decorrer da história e que são afetados pelos processos históricos de silenciamento.

A partir desses lugares de enunciação “se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência” (Zoppi Fontana, 2017, p. 65); essas possibilitam novas formas de subjetivação da mulher no imaginário social, como protagonistas no processo de libertação da opressão imposta pelo patriarcado.

### **Violência de gênero**

A Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014) aponta para a organização hierárquica das relações de poder que justificam a violência, sendo elas estruturais da sociedade e da formação dos processos identitários, baseados na hierarquia de gênero e sexualidade. Tal processo pode ser percebido na formação militar de caráter sexista e homofóbico, “que constrói o feminino como algo inferior e associa violência à masculinidade viril” (Brasil, 2014, p. 404).

[...] Isso fica claro quando se dá voz às vítimas. Nas narrativas das mulheres, por exemplo, aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus “lugares de esposa e mãe” e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino.

Maria Aparecida Costa sofreu torturas no período de dezembro de 1969 e janeiro de 1970 e relata as especificidades da violência de gênero:

Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma “vaca”. São as boas-vindas. É a maneira como você é chamado. [...] você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? Disso tudo. [...] Com os homens também foram, mas talvez, por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível. Pela tua formação, pela formação social, ideológica [...] (Brasil, 2014, p. 404, arquivo 00092.002323/2013-89).

Observemos o relato de Izabel Fávero à CNV, em 27 de abril de 2013, que indica os marcadores sociais e ideológicos, especificamente raça, classe e gênero, do lugar e do papel da mulher:

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio [...]. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda (Brasil, 2014, p. 400, arquivo 00092.000088/2014-91).

Colling (2017, p. 07) aponta para a tentativa de desqualificação da mulher na política como sujeito autônomo, tratada como “apêndice dos homens, incapaz de decisão política”, evidenciando que:

[...] a mulher militante não era apenas uma opositora ao regime militar; era também uma presença que subvertia os valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para a participação política. Como esta questão está presente na sociedade e nas próprias organizações de esquerda, pode-se concluir que as relações de gênero têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições sociais (Colling, 2017, p. 07-09).

Quando não elaborado, o trauma pode repercutir de forma extrema na vida das pessoas. Maria Auxiliadora Lara Barcellos cometeu suicídio em 1976, atirando-se nos trilhos de trem, com morte instantânea. Antes do ocorrido, ela escreveu um relato sobre a prisão e as torturas, publicado inicialmente no livro *Memórias do exílio*, em 1978:

Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro [...]. A Apologia da Violência. A luta pelo poder absoluto. A destruição do outro [...] O sacrifício dos bebês. Onde já se viu jabuticaba de asa, meu filho? Eu tinha comido um besouro. Ele zumbia dentro de mim furioso, para me lembrar que a imaginação incomoda muita gente. Parar de imaginar, parar de ser e de querer. Aceitar, resignar é bom, traz brisa fresca, café com leite, muita fartura. Aurora, lugar de mulher donzela é na barra do marido e lugar de puta safada é no puteiro, uai. Pra que é que nós estudamos aritmética no Exército? Para saber que dois mais dois são quatro e que não existe pecado sem ser expiado. Moça donzela você não quis, puta safada também não quer. Minha querida, esse bicho não existe (Brasil, 2014 p. 423)<sup>7</sup>.

Nota-se uma disruptura discursiva, com metáforas deslocadas de um contexto, fragmentos e esquecimentos, uma cisão entre real e imaginário. Tega (2021, p. 629) destaca um aspecto reparador do testemunho com a finalidade de um compromisso político de afirmação das posições de sujeitos e sujeitas, que foi negado durante o cárcere na ditadura militar, “que coloca em um lugar de ‘agentes’ aqueles e aquelas que foram interpeladas como vítimas em primeira instância”. A autora considera que os testemunhos têm potencial de desestabilizar a cultura hegemônica e permitir que outras subjetividades sejam possíveis. Para tanto, propõe interrogar os espaços de conflito, fazendo associação com as resistências presentes na narração:

Por essa via, examinar os testemunhos de experiências traumáticas a partir da união intrínseca entre corpo, memória e gênero é um recurso indispensável para refletir sobre intervenções de diferentes vozes que criam tensão nas condições de fala e escuta da sociedade [...]. (Tega, 2021, p. 635).

Observa-se que os relatos orais da CNV, gravados e transcritos, são marcados pela fragmentação, não linearidade, esquecimentos, na maioria das vezes menos coesos e alguns sem nenhuma coerência. Por sua vez, os relatos do livro *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos* apresentam um caráter mais sequencial e narrativo, como pode ser visto na fala de Coimbra (2011b, p. 347):

Para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, com sede em um quartel da Polícia do Exército, em um subúrbio de classe média, fui levada com meu companheiro,

<sup>7</sup> O relato de Maria Auxiliadora Lara Barcellos, intitulado “Continuo Sonhando”, foi publicado inicialmente no livro *Memórias do exílio*, coordenado por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, pela Editora e Livraria Livramento, de São Paulo, em 1978, às páginas 317-318.



em agosto de 1970, em pleno governo Médici, um dos mais terríveis daquele período. Falar daqueles três meses e meio em que fiquei detida incomunicável sem ao menos um único banho de sol ou qualquer outro tipo de exercício é falar de uma viagem ao inferno: dos suplícios físicos e psíquicos, dos sentimentos de desamparo, solidão, medo, pânico, abandono, desespero; é falar da separação entre corpo e mente.

Observa-se nesse trecho a preocupação com o contexto e detalhes. Há uma conexão entre fato e os sentimentos associados, metáforas como “uma viagem ao inferno”, e a sensação de uma cisão entre corpo e mente, demonstrando uma memória preservada do trauma:

Li, no livro *A Tortura Política*, de Hélio Pellegrino, este relato que me impressionou: - “A tortura transforma nosso corpo – aquilo que temos de mais íntimo – em nosso torturador, aliado aos miseráveis que nos torturam. Esta é a monstruosa subversão pretendida pela tortura. Ela nos parte ao meio (...) O corpo na tortura nos aprisiona (...) ele se volta contra nós, na medida em que exige de nós uma capitulação (...) O corpo que é torturado, nos tortura, exigindo de nós que o libertemos da tortura, a qualquer preço. Ele se torna, portanto (...) o porta-voz dos torturadores, aliado a esses na sinistra tarefa de nos anular (...), transformando-nos em objeto” (Coimbra, 2011b, p. 347).

Ao citar a obra de Pellegrino, Cecília Coimbra ancora seus sentimentos ratificando a força da violência em seu corpo, pela tortura sofrida. Na sequência, utiliza-se de ironia, presente em “visita”, e demonstra consciência sobre sua condição de vítima:

Logo que fui levada ao DOI-CODI/RJ, depois de três dias no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), um pouco antes de ser iniciada a tortura, recebi, na cela onde me encontrava, uma estranha “visita”. Amílcar Lobo que se dizia médico, tirou minha pressão e perguntou se eu era cardíaca. Ou seja, preparava-me para a tortura... para que esta pudesse ser mais eficaz... Geralmente, eram as mulheres que recebiam essa “visita”, com o objetivo de terem suas resistências avaliadas para que a repressão pudesse saber até que ponto poderiam aguentar as torturas, sem atrapalhar as informações que precisavam tirar delas. Colocaram-me nua e aconteceram as primeiras sevícias... Os guardas que me levaram, frequentemente encapuzada, perceberam minha fragilidade... constantemente, praticavam vários abusos sexuais... Os choques elétricos no meu corpo nu e molhado eram cada vez mais intensos... E, eu me sentia desintegrar: a bexiga e os esfíncteres sem nenhum controle... – Isso não pode estar acontecendo: é um pesadelo... Eu não estou aqui... – pensava eu. O filhote de jacaré com sua pele gelada e pegajosa percorrendo meu corpo... E se me colocam a cobra, como estão gritando que farão?... Perdi os sentidos, desmaiei... (Coimbra, 2011b, p. 348).

Apesar de soar estranho, não se trata de uma metáfora quando Cecília narra a utilização de filhote de jacaré e cobra no momento da tortura, método realmente utilizado (OAB, [2012]).



A sensação de desintegração, assim como a de um pesadelo, é elaborada pela autora de forma explícita e coerente. Ela se mostrava lúcida a todo o momento, mesmo quando tentavam jogar o companheiro ou as amigas contra ela, em meio às torturas: “Será mesmo que ele falou isso? Era necessário um esforço muito grande para que não sucumbíssemos. Se falou está louco! – era o meu argumento, repetido à exaustão” (Coimbra, 2011b, p. 348).

Cecília Coimbra denuncia a tortura psicológica sobre maternidade e ameaça aos filhos e encerra seu relato reforçando o caráter “permanente” e “atemporal” do trauma, cujos efeitos, mesmo para quem consegue algum nível de elaboração, continuam repercutindo ao longo da vida. No entanto, esse relato é marcado pelo sonho de transformação, de um mundo melhor:

Parece que foi ontem... Essa e muitas outras histórias continuam em nós, marcadas a ferro e fogo... Fazem parte de nossas vidas... Falar delas é ainda duro e difícil demais... Parece realmente que foi ontem, hoje, agora... Envolvermo-nos, desde então, direta e/ou indiretamente na luta contra a ditadura de corpo e alma. Foi, sem dúvida a experiência – não só a da tortura, mas a da militância naqueles anos – mais visceral de toda a minha vida e que me marcou para sempre. Nós, mulheres que atuamos – na vanguarda ou na retaguarda, não importa – naquele intenso e terrível período, derrubamos muitos tabus, vivemos intensamente a presença assustadora da morte, a ousadia de desafiar e enfrentar um Estado de terror, a coragem de sonhar e querer transformar esse sonho em realidade. Acreditávamos... Sim, queríamos um outro mundo, outras relações, outras possibilidades... e queremos hoje (Coimbra, 2011b, p. 350).

Percebe-se no relato de Cecília que o processo de resistência como mecanismo psíquico de defesa dá lugar a um outro processo de resistência, mais ligado à militância política, também mobilizado pelo trauma da experiência dolorosa durante o período da Ditadura Militar no país.

## Conclusão

Nos relatos das obras analisadas, percebe-se claramente a diferença na construção das narrativas das mulheres que sofreram tortura à época da Ditadura. Observa-se que os relatos presentes na Comissão Nacional da Verdade (CNV) são marcados por esquecimentos e textos fragmentados, disrupturas. É possível perceber a confusão mental e emocional, causados pelo trauma do terror. Já na obra *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos* há uma fluidez textual com aproximação da forma literária, narrada em primeira pessoa, com frases

encadeadas, coesas e coerentes, metáforas bem empregadas e citações. Essa forma de escrita representa, pela forma como é organizada, um mecanismo de elaboração do trauma.

Tega (2021, p. 628) nos diz que o testemunho pode ser visto “como uma prática de (re)subjetivação, contrariamente aos processos de anulação do sujeito aplicados nas torturas, nos campos de concentração, no aniquilamento de corpos e no desaparecimento forçado.”

Pensar sobre a literatura de testemunho implica repensar a nossa visão da História, do fato histórico (Seligmann-Silva, 2003, p. 48). O testemunho é uma forma de contribuir para recuperar a memória da história política brasileira, apagada pelo discurso hegemônico, e de possibilitar às mulheres reescrever suas próprias histórias e ocupar um lugar de protagonismo na sociedade e na política, enfim, promover uma revolução de gênero.

### Referências

AYMORE, Débora. O ecofeminismo e a relação entre natureza e mulher. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 17, n. 1, p. 175-192, 14 ago. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4kx2j3u3>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. v. 1. Brasília, DF: CNV, dez. 2014. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 25 nov. 2023.

COIMBRA, Cecília. Gênero, militância e tortura. *In: FERRER, Eliete (org.). **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos*. Brasília, DF: Ministério da Justiça: Comissão de Anistia, 2011a. p. 39-48. Disponível em: <https://tinyurl.com/3e5ykdjz>. Acesso em: 25 nov. 2023.

COIMBRA, Cecília. Prisões/Violência institucional/Terror de Estado. *In: FERRER, Eliete (org.). **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos*. Brasília, DF: Ministério da Justiça: Comissão de Anistia, 2011b. p. 347-350. Disponível em: <https://tinyurl.com/3e5ykdjz>. Acesso em: 25 nov. 2023.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**, v. 10, n. 10, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycxezap2>. Acesso em: 25 nov. 2023.

DE MARCO, Valeria. A literatura de testemunho e a violência de Estado. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 62, n.62, p. 45-68, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/yn68zu59>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FERRER, Eliete (org.). **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos. Brasília, DF: Ministério da Justiça: Comissão de Anistia, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/3e5ykdjz>. Acesso em: 25 nov. 2023.

FOX KELLER, Evelyn. **Reflections on gender and science**. New Haven. Yale University Press, 1985.

JURUENA, Mario Francisco; CLEARE, Anthony James; PARIANTE, Carmine Maria. O eixo hipotálamo-pituitária-adrenal, a função dos receptores de glicocorticóides e sua importância na depressão. Revisão: **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 26, n. 3, set. 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/y52t86fd>. Acesso em: 25 nov. 2023.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature**: women, ecology and the scientific revolution. São Francisco: Harper & Row, 1983.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

OAB - Rio de Janeiro. Cobra e jacarés eram usados por torturadores da ditadura militar. **Jusbrasil**. [2012]. Disponível em: <https://tinyurl.com/yck45jcw>. Acesso em: 18 jun. 2024

REVISTA PSICOLOGIA: Ciência e Profissão. **Homenageado**. v. 32, n. 3, p. 772, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300019>. Acesso em: 18 jun. 2024

SALVADORI, Fausto. Quando os vencidos narram a história. **Revista Apartes**, Portal da Câmara Municipal de São Paulo, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/quando-os-vencidos-narram-a-historia/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação: a questão a literatura do trauma. Reflexões sobre a história, a memória e o esquecimento. *In*: **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 45-58.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].

TEGA, Danielle. Corpos que transgridem, palavras que resistem: um debate sobre gênero e testemunho. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 26, n. 3, p. 621–638, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/5df77tmu>. Acesso em: 9 nov. 2023.

TONETO, Maria Bernardete. Estética e resistência em rede e em cena do Teatro das Oprimidas. **Extraprensa**, São Paulo, v. 15, n. esp, p. 98-118, maio 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4hamk2st>. Acesso em: 09 nov. 2023.





ZOPPI FONTANA, Mónica. “Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/2mzjwkje>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Submetido em: 05.05.2024

Aprovado em: 25.06.2024

